

CONDIÇÕES DE TRABALHO DE PROFESSORES DE UMA ESCOLA DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA-BA

Coriolano Ferreira de Moraes Neto *

Benedito Eugenio **

RESUMO: Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa¹ que teve como objetivo analisar as condições de trabalho dos professores no cotidiano da escola no contexto da prática em uma escola urbana do ensino fundamental da rede pública municipal de Vitória da Conquista - Ba. A metodologia utilizada é a abordagem qualitativa do tipo estudo de caso. Para a produção dos dados fizemos o emprego de questionário. A pesquisa está fundamentada na proposta do ciclo de política desenvolvida por Stephen Ball e Richard Bowe e teoricamente nos estudos sobre trabalho docente propostos por Tardif e Lessard. Os resultados sinalizam sobre como as condições de trabalho interferem no cotidiano docente na escola.

PALAVRAS-CHAVE: Ciclo de Política, Trabalho Docente, Condições de Trabalho Docente.

WORKING CONDITIONS OF TEACHERS AT AN ELEMENTARY EDUCATION SCHOOL IN THE MUNICIPAL PUBLIC NETWORK OF VITÓRIA DA CONQUISTA-BA

ABSTRACT: This article presents the results of a research that aimed to analyze the working conditions of teachers in the daily life of the school in the context of practice in an urban elementary school of the municipal public network of Vitória da Conquista - Ba. The methodology used is the qualitative approach of the case study type. For the production of the data, we used a questionnaire. The research is based on the proposal of the policy cycle developed by Stephen Ball and Richard Bowe and theoretically on the studies on teaching work proposed by Tardif and Lessard. The results indicate how working conditions interfere in the daily teaching routine at school.

KEYWORDS: Policy Cycle, Teaching Work, Teaching Working Conditions.

* Licenciado em Geografia (UESB). Mestre em Ensino (PPGE_n/UESB). Professor de Geografia na Rede Municipal de Ensino de Vitória da Conquista-BA. E-mail: coriolanomoraes@gmail.com / Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-2784-1959>

** Doutor em Educação (UNICAMP). Professor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e dos Programas de Pós-graduação e Ensino (PPGE_n) e Relações Étnicas e Contemporaneidade (PPGREC). E-mail: dodoeugenio@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5781-764X>

¹ A pesquisa foi aprovada no Comitê de Ética - CAAE: 60448422.9.0000.0055; Número do Parecer: 5.540.777.

Introdução

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa acerca das condições de trabalho dos docentes de uma escola da rede municipal de ensino de Vitória da Conquista-Bahia. O objetivo deste texto é analisar as condições de trabalho dos professores no cotidiano da escola no cotidiano de uma escola urbana do ensino fundamental da rede pública municipal de Vitória da Conquista - Ba.

Para a produção dos dados, realizamos uma pesquisa qualitativa do tipo estudo de caso. Ao discutir sobre a pesquisa social, Gil (2021) informa que “é o conjunto de procedimentos que visa, mediante a utilização de métodos científicos, a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social” (GIL, 2021, p. 25). Para Minayo (2002, p. 18), “Toda investigação se inicia por um problema com uma questão, com uma dúvida ou com uma pergunta, articulada a conhecimentos anteriores, mas que também podem demandar a criação de novos referenciais”. Essas noções permitem o entendimento de que a metodologia se torna imprescindível para conhecer a realidade e buscar maior clareza dos fatos e fenômenos a serem estudados, por meio dos processos investigativos.

Segundo Minayo (2002, p. 22), “[...] a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas”. A abordagem qualitativa possibilita mergulhar no universo da pesquisa para melhor compreender os contextos a serem estudados.

Os docentes da Escola Municipal Jequitibá responderam a um questionário. Para Gil (2021, p. 137), o questionário pode ser definido como “a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoa com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamentos presente ou passado”. Em ciências sociais o questionário tem sido uma técnica muito utilizada para levantamento de dados.

O questionário foi organizado em quatro blocos: no primeiro bloco constou de questões sobre a origem social. No segundo bloco os/as professores/as responderam perguntas relacionadas à formação. No terceiro bloco as questões foram com relação ao tempo de serviço no magistério, na rede municipal de ensino e na escola. No quarto bloco os docentes responderam perguntas sobre o regime de trabalho e a situação do trabalho, com atenção voltada para a situação funcional, carga horária semanal na rede de ensino e na escola, e a quantidade de turnos e turmas que trabalham.

A pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UESB sob o número CAAE: 60448422.9.0000.0055; Parecer: 5.540.777 e está fundamentada nos estudos sobre trabalho docente propostos por Tardif e Lessard. A discussão sobre o trabalho docente resulta das inúmeras demandas e inquietações provocadas pelas dificuldades, exigências e desafios presentes no dia a dia do exercício da função. Os resultados da pesquisa sinalizam como as condições de trabalho interferem no cotidiano docente na escola e atuam na tradução da política educacional.

A rede municipal de ensino de Vitória da Conquista

O município de Vitória da Conquista está localizado no Brasil, no estado da Bahia, na mesorregião do Centro Sul Baiano, no Território de Identidade do Sudoeste Baiano. A matrícula dos alunos para as escolas da rede municipal de ensino é regulamentada por meio de portaria publicada anualmente pelo secretário municipal de educação, por meio da qual, estabelece os prazos, a documentação necessária e todas as exigências legais para a sua efetivação nas unidades escolares.

A seguir, no quadro 01, são apresentados os dados da matrícula do ano de 2021, obtidos a partir de levantamentos de busca no site do QEd² e no Setor de Legalização Escolar da Secretaria Municipal da Educação.

Quadro 1: Dados - Matrícula: rede pública municipal de ensino, 2021

Matrículas: etapas e modalidades	Número de alunos	Total de alunos
Creches	2.740	47.220
Pré-escolas	5.708	
Anos iniciais	18.334	
Anos finais	14.831	
EJA	4.475	
Educação especial	1.132	

Fonte: Elaborada pelo autor, a partir de dados fornecidos pela SMED e pesquisa no site do QEd / 2022.

A partir das informações apresentadas no quadro 1, do total de 47.220 mil alunos matriculados na rede pública municipal de ensino, verifica-se que no ensino fundamental são 33.165 mil alunos, correspondendo a 70,22%; na etapa da educação infantil são 8.408 alunos o que representa 17,80%; na modalidade da educação de jovens e adultos são 4.475 alunos e constitui 9,47% e na modalidade da educação especial são 1.132, o que equivale a 2,39%.

A escola pesquisada

A Escola Municipal Jequitibá está situada na área urbana e periférica de Vitória da Conquista. Ao observar os resultados dos dados correspondentes à matrícula referente ao ano de 2021, a partir das informações do Censo Escolar, verifica-se que foram 1.577 alunos matriculados e distribuídos nas etapas da educação infantil (creche e pré-escola), ensino fundamental (anos iniciais e finais) e nas modalidades de educação de jovens e adultos e educação especial.

Com relação ao percurso formativo dos alunos, no currículo da escola são ofertadas as seguintes disciplinas: Língua Literatura Portuguesa e Matemática (04 horas-aula semanais), Geografia, História e Ciências (03 horas-aula semanais), Artes, Inglês e Educação Física (02 horas-aula semanais), Ensino Religioso, Literatura e Cultura Afro-brasileira e Desenho geométrico (01 hora-aula semanal).

A unidade de ensino tem o Projeto Político Pedagógico - PPP, conforme prevê a LDB 9394/96 no Art. 12 - inciso I, Art. 13 - incisos I e II, e Art. 14 - incisos I e II. Com base nas informações da

² QEd - Portal que disponibiliza dados educacionais criado em 2012. As informações publicadas são resultadas apurados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e do Censo Escolar que compõem o Ideb.

coordenação pedagógica da escola, o processo de atualização do PPP iniciou em fevereiro de 2023, está sendo realizado por um comitê com representantes dos diversos setores da escola (diretora, vice-diretoras, coordenadoras pedagógicas, um professor de cada modalidade de ensino, manipuladores de alimentos, secretaria escolar, profissional da sala de recursos multifuncionais, representantes de pais e alunos) e a previsão que seja concluído até dezembro do ano em curso. O Conselho escolar é regulamentado e atuante na escola.

O quadro de pessoal é composto por 121 funcionários, destes 71 são professores. A direção da unidade de ensino é composta por uma diretora, 02 vice-diretores, 04 coordenadores e 01 secretário escolar. A unidade escolar recebe anualmente dinheiro do caixa escolar transferido pelos programas federais, contudo, a sua manutenção é de responsabilidade direta da Secretaria Municipal de Educação - SMED.

As condições de trabalho dos professores no cotidiano da escola: o contexto da prática

Os docentes participantes da pesquisa e que responderam ao questionário correspondem a um grupo constituído de 22 professores dos anos finais do ensino fundamental. Para a aplicação, utilizamos a plataforma do Google Forms.

A maioria dos docentes é constituída por mulheres, o equivalente a 72,7%. Esses dados demonstram que nesta unidade de ensino o exercício da docência é uma atividade realizada com maior predomínio da presença feminina, conforme já sinalizaram diversos estudos, a exemplo de Vianna (2002); Furlin (2016); Lima (2020).

Os dados apresentados da escola Jequitibá sobre a participação feminina ser maioria na realização do trabalho docente aproxima-se dos dados divulgados pelo MEC tomando como base o Censo escolar de 2022, em que aponta que o ensino na educação básica no Brasil é realizado por mulheres, em sua maioria. O resultado do Censo demonstra que o corpo docente do magistério nacional é composto por um total de 2.315.616 profissionais, sendo 1.834.295 professoras, o que representa 79,2% do quadro desses profissionais que atuam na educação básica. Ao considerar os profissionais que trabalham no ensino fundamental, as professoras representam 77,5%.

No que diz respeito à idade dos docentes da Escola Municipal Jequitibá, 68,2% estão na faixa etária entre 26 e 45 anos. Com relação à cor/raça, para 50% dos docentes, que constituem o levantamento, responderam ser pardo, para 27,3% brancos e 22,7% pretos. Dessa forma, o grupo mais numeroso são de professores que se autodeclararam pardos, seguido de brancos e pretos.

As condições de trabalho na Escola Jequitibá

Com a aplicação do questionário procuramos também obter informações acerca da formação, tempo e regime de trabalho. Inicialmente as perguntas buscaram informações sobre a formação dos professores da unidade de ensino, se o curso de graduação foi realizado em universidade pública ou privada, se na forma presencial ou a distância e se possui curso de pós-graduação.

No gráfico 1, a seguir, são apresentados os resultados sobre a formação dos professores da escola Jequitibá.

Gráfico 1: Formação dos professores da Escola Municipal Jequitibá

2.1 - Qual a sua formação em nível superior?

22 respostas



Fonte: Elaborada pelo autor, com a aplicação do questionário perfil dos professores da escola Jequitibá / 2022.

Com base nos dados foi constatado que todos os professores possuem licenciatura conforme o que prevê a Lei 13.415/2007. Importante destacar que o Plano Nacional de Educação (PNE) aprovado a partir da Lei nº 13.005 de 2014, estabelece na meta 15 que se assegure no período de vigência do PNE, em regime de colaboração entre os entes federativos, que todos os/as professores/as da educação básica possuam nível superior. Dessa forma, verifica-se que na escola Jequitibá, quanto ao aspecto da formação docente em nível superior com cursos de licenciatura plena, atende as exigências legais previstas no art. 62 da Lei 9.394 de 1996, e da meta 15 da Lei nº13.005 de 2014.

Foi identificado ainda, sobre a formação dos professores, que um maior número de docentes na escola possui formação com licenciatura em letras (língua portuguesa e língua estrangeira) o que corresponde a 31,8% do total do quadro dos docentes do ensino fundamental II da unidade de ensino.

No quesito sobre onde os docentes fizeram a graduação, 77,3% disseram em instituições públicas, enquanto 22,7% em instituições privadas, sendo 86,4% na forma presencial e 13,6% na modalidade de educação à distância.

Com relação aos estudos após a graduação, 72,7% dos docentes possuem o curso de especialização concluído, enquanto 4,5% o curso de especialização está em andamento, e para 9,1% não possui nenhuma especialização. Foi verificado ainda, que para 4,5% já concluiu o curso de mestrado, para 4,5% está com o curso de mestrado em andamento e para 4,5% está fazendo o curso de doutorado.

No bloco 03, os dados levantados correspondem ao tempo de trabalho dos professores no magistério, na rede municipal de ensino e na escola. Quanto ao tempo no magistério para 36,4% dos professores apontaram que já trabalham até 10 anos, 36,3% entre 11 e 20 anos, e 27,3% acima de 20 anos. Os dados demonstram, que para 63,6% dos professores, já trabalham no magistério há mais de 11 anos.

Sobre o tempo que trabalha na rede municipal de ensino, 54,5% dos docentes disseram que trabalham até 05 anos, 22,6% entre 06 e 20 anos, e 22,7% mais de 20 anos.

Quanto ao tempo que trabalham na escola Jequitibá, 18,2% responderam que trabalham a menos de 01 ano, 40,9% de 01 a 05 anos, 9,1 % de 06 a 10 anos, 9,1% de 11 a 15 anos, e 22,7% a mais de 15 anos.

No bloco 04, os docentes responderam perguntas no que diz respeito ao regime de trabalho e a situação de trabalho.

No quesito sobre o regime de trabalho, quanto à situação funcional na rede municipal de ensino, 50% dos professores responderem ser concursados e 50% disseram ser contratados. Esses dados chamam atenção, pois segundo Oliveira (2004) essa situação demonstra que:

[...] o trabalho docente tem sofrido relativa precarização nos aspectos concernentes às relações de emprego. O aumento dos contratos temporários nas redes públicas de ensino, chegando, em alguns estados, a número correspondente ao de trabalhadores efetivos, [...] têm tornado cada vez mais agudo o quadro de instabilidade e precariedade do emprego no magistério público. (OLIVEIRA, 2004, p. 1140).

O debate sobre os contratos temporários tem tencionado as relações entre os governos nas três esferas federativas e os sindicatos dos professores em todo o Brasil. Nos casos em que há o aumento dos contratos temporários, para Oliveira (2004, p. 1140) “torna agudo o quadro de instabilidade e precariedade do magistério público”. Sobre esse aspecto, a de se considerar, que a forma de ingresso para cargos públicos, é expressa na Constituição (1988):

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998);

[...];

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998);

[...];

IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público; BRASIL. Constituição (1988).

Importante destacar, que para o preenchimento das vagas para o cargo de professor/a, devem ser cumpridos pelos gestores públicos, nas três esferas federativas, os princípios fundamentais previstos no art. 37 da Constituição de 1988, as definições no inciso II e IX, sobre a forma de investidura em cargo ou emprego público e sobre os casos de contratação por tempo determinado, para não incorrerem em pena de responsabilização, nos casos de descumprimento.

Ao observar, entre os respondentes da escola, que é maior o número dos docentes que trabalham na rede municipal com o tempo de até 05 anos, o que representa 54,5% do total, evidenciamos que o percentual de professores contratados soma 50%. Importante considerar que na Constituição de 1988 no artigo 37 do inciso II, define que para a investidura em cargo ou emprego público, depende de aprovação prévia em concurso público de provas e títulos, e no inciso IX, sobre os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público. Este último, seria nos casos em que o afastamento envolve situações previstas legalmente para substituição dos docentes que apresentam solicitação de licença: médica, prêmio, estudos, ocupar cargos em comissão ou exercer funções de confiança, atividade política, exercer mandato eletivo, particular, entre outras.

Com relação a quantidade de horas de trabalho por semana, 31,8% responderam trabalhar até 20 horas, 45,5% entre 21 horas até 40 horas e 22,7% mais de 40 horas, este último dado corresponde à jornada de trabalho de 60 horas semanais.

Sobre a quantidade de horas de trabalho por semana na escola, 50% dos/as professores/as responderam trabalhar 20 horas e 50% disseram trabalhar 40 horas.

Quando perguntados qual/is os turnos que trabalham na escola, 27,3% disseram trabalhar no turno matutino, 27,3% no turno vespertino e 45,5% nos turnos matutino e vespertino. Importante destacar, que dos professores que trabalham 20h semanais no turno matutino e 20h semanais no turno vespertino na escola, somados correspondem a 54,6%, e desses 22,7% trabalham mais de 40 horas semanais nas redes de ensino municipal e estadual.

O trabalho em sala de aula com os alunos ocupa a maior parte do tempo de trabalho dos/as professores/as, e por mais recursos e estratégias pedagógicos que estejam disponíveis, tem se constituído como a essência da atividade docente. O tempo de ensino, a quantidade de turmas e o número de alunos por turma, tem tensionado as negociações entre os sindicatos e governos na luta por melhores condições de trabalho e maior valorização dos profissionais que trabalham com o ensino.

A jornada de trabalho dos docentes tem sido motivo de muitas discussões no Brasil e em todo o mundo, que para Dal Rosso (2010):

Aos dias de hoje, a questão da duração da jornada transformou-se num problema social e de pesquisa de primeira ordem, por causa do impacto sobre a saúde dos trabalhadores. Há profissionais da educação que realizam jornadas entre 60 e 70 horas semanais. Com isso, avolumam-se os problemas de saúde física e emocional na categoria. Muitos docentes também se submetem a horas de trabalho não pago na preparação de aulas, correção de provas, no atendimento a familiares dos alunos e em atividades coletivas nas escolas. A jornada é uma questão relevante por uma razão adicional, a saber, a luta pelo tempo livre. Dispor de tempo livre significa alargar o espaço de escolhas e de decisão para realizar atividades edificantes. (DAL ROSSO, 2010, p. 03, GESTRADO/UFMG, 2010).

A discussão sobre a jornada de trabalho dos professores, como mencionado, é de fundamental importância para reduzir a carga horária de trabalho não pago (horários extras escolares utilizados para planejamento das aulas, preparação de material, elaboração e correção de provas e trabalhos, entre outras atividades), com o objetivo de se dispor de mais tempo livre nos dias de folgas. Nesse sentido, os docentes a partir de suas escolhas, possam participar de mais atividades artísticas, de lazer, culturais, esportivas,

entre outras.

Ao considerar a estrutura da organização do ensino com relação ao quantitativo de turmas por docentes na rede pública municipal, na imagem 1, a seguir, são demonstrados os números de turmas que os docentes lecionam semanalmente na rede pública municipal de ensino. Os dados coletados, nas entrevistas com os docentes, foram organizados e apresentados por meio de nuvem de palavras elaborada a partir do programa do WordArt³.

Imagem 1: Quantitativo de turmas que os docentes trabalham semanalmente na rede municipal



Fonte: Elaborada pelo autor, com a aplicação do questionário perfil dos professores da escola Jequitibá / 2022.

A análise da nuvem de palavras da imagem 1 é feita conjuntamente com a imagem 2, logo abaixo. Dando continuidade aos estudos com relação ao quantitativo de turmas por docentes que trabalham semanalmente na escola, os dados são apresentados por meio de nuvem de palavras na imagem 2, a seguir.

Imagem 2: Quantitativo de turmas que os professores trabalham semanalmente na escola



Fonte: Elaborada pelo autor, com a aplicação do questionário perfil dos professores da escola Jequitibá / 2022.

³ WordArt - Ferramenta que permite a criação de nuvens de palavras a partir de textos fornecidos pelo usuário, nessa pesquisa, quanto maior as palavras, indicam maior frequência nas entrevistas.

A respeito dos dados demonstrados nas imagens 1 e 2, os números informados de turmas pelos docentes, correspondem proporcionalmente a sua carga horária de trabalho semanal e o número de horas-aula de cada disciplina por turma na semana. Para os professores que trabalham até 20h semanais, o número de turmas varia entre 04 e 07, e para os que trabalham 40 horas semanais, entre 08 e 15 turmas.

A discussão sobre as condições do trabalho docente requer pensar nas variáveis que as estruturam, como apontam Tardif e Lessard (2014):

Embora a carga de trabalho de um professor varie dependendo de diversas variáveis (país, regiões, ordenamento do ensino, qualificações, categoria, etc.), esse trabalho comporta em toda parte a mesma estrutura básica. Em todo lugar, duas variáveis - o tempo de ensino e o tamanho das turmas - são objeto de discussões, negociações, e regulamentações, pois, com os salários pagos ao pessoal da educação, elas constituem os parâmetros básicos a partir dos quais se estimam os custos da educação, e se avalia carga de trabalho dos professores. (TARDIF; LESSARD, 2014, p. 115).

Os autores destacam, que os parâmetros utilizados para estimar os custos de educação, se baseiam nos salários pagos ao pessoal da educação, que se utilizam de variáveis como do tempo de ensino e do tamanho das turmas para se avaliar a carga de trabalho dos professores. Dessa forma, tem provocado discussões, negociações e regulamentações por parte dos governos e empresas do setor de educação em diversos países pelo mundo. Assim, se torna imprescindível a apropriação dessas informações por parte dos docentes e suas representações sindicais com objetivo de participar das discussões, negociações e das regulamentações.

No quesito sobre a área de conhecimento de atuação dos docentes na escola, foi constatado que para 13,6% são da Ciências da Natureza, 18,2% Matemática, 31,8% Ciências Humanas, e 36,4% Linguagens. Com base nos dados é possível afirmar, que não há uma equidade nos percentuais dos professores por área de atuação, devido a carga horária de cada disciplina por turma e pelo número de disciplinas por área do conhecimento, ofertadas na escola.

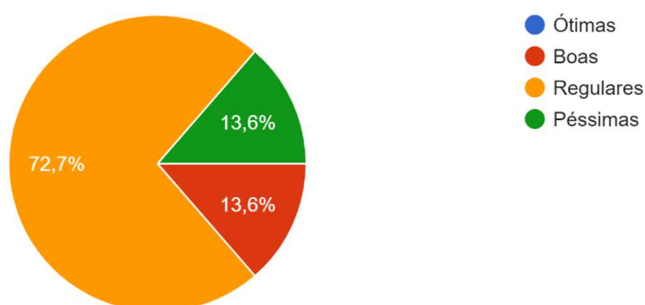
No que se refere a composição da quantidade de horas por disciplinas na escola, apresenta a seguinte organização: na área de Ciências da Natureza, a disciplina de Ciências são 03 horas semanais por turma, Matemática são 04 horas, Desenho Geométrico 01, na área de Ciências Humanas: Geografia e História são 03 horas, na área de Linguagens: Língua Portuguesa são 04 horas, Língua Estrangeira (Inglês) são 02 horas, como também, Artes e Educação Física, e Literatura e cultura Afro-brasileira 01 hora semanal. Essa composição da carga horária e das disciplinas por turma, define o número dos professores a serem contratados pela Secretaria Municipal (autoridade local) responsável para trabalharem na escola.

Sobre como os professores classificam as condições de trabalho, os resultados são apresentados no gráfico 2, a seguir.

Gráfico 2: Sentimento dos professores quanto às condições de trabalho na escola

4.4 - Como você classifica as condições de trabalho da escola em que atua?

22 respostas



Fonte: Elaborada pelo autor, com a aplicação do questionário perfil dos professores da escola Jequitibá / 2022.

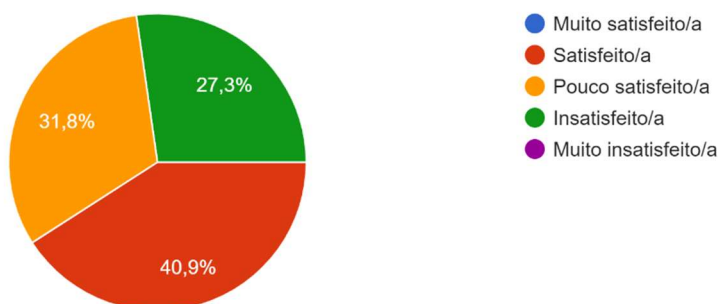
A partir dos dados apresentados no gráfico 2, verificou-se que nenhum professor considerou as condições de trabalho como ótimas, contudo, para 13,8% apontaram como boas, enquanto o mesmo percentual dos docentes disse ser péssimas, e para 72,7% regulares.

No gráfico 3 abaixo, são apresentados o que os docentes sentem em relação à profissão.

Gráfico 3: Sentimento dos professores em relação à profissão docente

4.5 - Como você se sente em relação à profissão docente?

22 respostas



Fonte: Elaborada pelo autor, com a aplicação do questionário perfil dos professores da escola Jequitibá / 2022.

Ao fazer a análise sobre os resultados dos gráficos 2 e 3, no primeiro, de como os docentes percebem as condições de trabalho, e no segundo de como se sentem em relação à profissão. Faz-se necessário destacar que a docência como atividade, é um trabalho humano com humanos, nesse sentido deve-se compreender que “ensinar é agir na classe e na escola em função da aprendizagem e da socialização dos alunos, atuando sobre sua capacidade de aprender para educá-los e instruí-los com ajuda de programas, métodos, livros, exercícios, normas, etc.” (TARDIF; LESSARD, 2014, p. 49). Dessa forma, pode ser discutido, sobre as estruturas organizacionais em que as atividades são exercidas e influenciadas, o que para Tardif e Lessard (2014, p. 49) “insistirá no modo como o trabalho é organizado, controlado, segmentado, planejado, etc.”. Por outro lado, os autores chamam atenção que podem se colocar acento sobre “o desenvolvimento da atividade, ou seja, sobre as interações contínuas no seio do

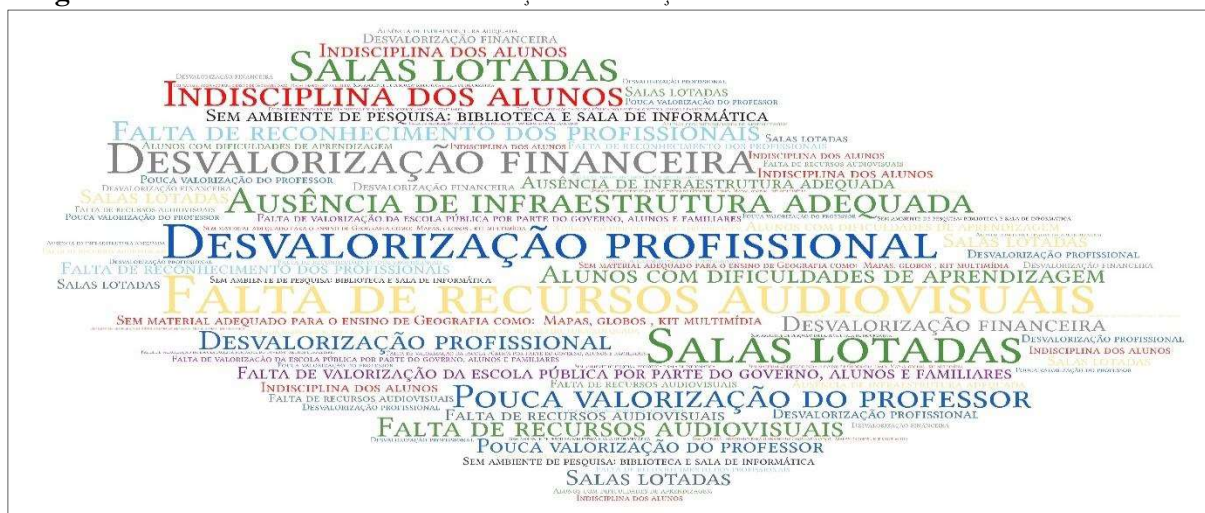
processo concreto do trabalho, entre o trabalhador, seu produto, seus objetivos, seus recursos, seus saberes e os resultados do trabalho” (TARDIF; LESSARD, 2014, p. 49).

Pensar e discutir sobre as condições de trabalho no exercício da docência, devem ser levados em conta, a estrutura organizacional e os processos interativos na dinâmica do trabalho concreto. Portanto, o trabalho docente é uma atividade complexa que requer planejamento, organização, investimento e valorização dos seus profissionais.

Os dados apontados pelos docentes nos gráficos 2 e 3, requerem um novo olhar para o cuidar da escola Jequitibá, quanto à estrutura organizacional e a dinâmica do trabalho concreto, levando em consideração os sentimentos desses profissionais.

Na imagem 3, a seguir, são apresentados os resultados do que os docentes consideram que os deixam insatisfeito ou muito insatisfeito em relação a sua profissão.

Imagem 3: Sentimento dos docentes em relação às condições de trabalho na escola



Fonte: Elaborada pelo autor, com a aplicação do questionário perfil dos professores da escola Jequitibá / 2022.

Sobre os dados quanto ao sentimento dos professores, considerando o que os deixam insatisfeitos ou muito insatisfeitos, apresentados como nuvem de palavras, na imagem 3, verifica-se que foram apontados elementos relacionados ao processo de trabalho, como: salas lotadas, a indisciplina dos alunos, alunos com dificuldades de aprendizagem, ausência de infraestrutura adequada, falta de recursos audiovisuais, sem ambiente de pesquisa como biblioteca, sala de informática; elementos relacionados às condições de empregos, como: a desvalorização profissional e financeira; e elementos com relação a reputação: falta de reconhecimento profissional, pouco valorização do/a professor/a, entre outros.

Diante desse quadro, apresentado pelos docentes, como dar conta das finalidades objetivas da escola, com essa estrutura concreta e meios tão limitados e diverso? Para Tardif e Lessard (2014, p. 61) “a escola depende amplamente, se não exclusivamente, da vontade e da iniciativa locais, bem como de recursos que a comunidade se dispõe a investir nela”. Os autores apontam que a “escola, desde o seu surgimento, tem-se dedicado a alcançar finalidades bastantes ambiciosas: difundir as Luzes graças à alfabetização, promover uma nova ética social, formar cidadãos esclarecidos, melhorar o destino das classes trabalhadoras, formar pessoas equilibradas, etc.” (TARDIF; LESSARD, 2014, p.77). Os autores

consideram que essas finalidades são claras, mesmo podendo ser discutidas, entretanto, os meios concretos para alcançá-las são variáveis e lançados aos professores, que devem compreendê-las e agir em função de situações concretas com meios limitados.

Dessa forma, Tardif e Lessard (2014) entendem que para os professores:

[...] essa estrutura organizacional não é apenas uma realidade objetiva, um ambiente neutro dentro do qual seu trabalho é feito: ela constitui uma fonte de tensões e de dilemas próprios dessa profissão, tensões e dilemas que eles precisam resolver diariamente, para dar continuidade e realizar suas tarefas profissionais. (TARDIF; LESSARD, 2014, p. 79).

As boas condições de trabalho, repercutem sobre os resultados do trabalho do/as professores/as e esse entendimento deve ser amplamente discutido e compreendidos por meio de “uma série de elementos e recursos que possibilitem a realização do trabalho educativo, envolvendo a infraestrutura da escola, os materiais didáticos e os serviços de apoio aos professores e à própria escola” (PURIM, 2011, p. 80). Considera-se ainda, que devem ser acrescidos à discussão, de aspectos também importantes como de valorização, reconhecimento do trabalho dos/as professores/as e sua importância social como agente de transformação e promoção de inclusão nas sociedades modernas.

No que se refere a se houve afastamento do trabalho por motivo de saúde, os dados obtidos revelam que parte considerável dos docentes já se afastaram do trabalho por motivo de saúde, o que corresponde a 40,9%, enquanto para 59,1% disseram nunca ter se afastado de suas atividades laborativa. Contudo, associar e reconhecer os adoecimentos dos professores com as condições de trabalho, requer uma pesquisa específica com esse objetivo.

Em sua tese de doutorado, Pereira Júnior (2017) categorizou em oito grupos, os fatores associados às condições de trabalho dos professores, dos quais, duas categorias estão relacionadas às questões da saúde e ao estado psicológico dos professores, a saber:

- 1) Condições físicas: refere-se aos agravos à saúde dos professores que se manifestam fisicamente. Incorpora os itens: adoecimento; condições de saúde; doenças; distúrbio vocal; desgaste físico; disfonia; dores musculoesqueléticas; problemas osteomusculares; problemas vocais; patologias das pregas vocais; saúde; voz; surdez; transtornos de voz.
- 2) Condições psicológicas: relaciona-se aos agravos associados ao estado psicológico e/ou aos sentimentos dos professores. Esta categoria contempla: bem-estar; mal-estar docente; satisfação; motivação para o trabalho; qualidade de vida; qualidade de vida relacionada ao trabalho; estresse; saúde mental; burnout. (PEREIRA JÚNIOR, 2017, p. 93).

As manifestações de disfunções nos aspectos físicos e psicológicos dos professores, com agravos relacionados aos adoecimentos, categorizados como condições físicas e condições psicológicas, mostram uma relação de variáveis do contexto educacional, com impactos na saúde dos professores.

Ao observar, que para 40,9% do quadro de professores do Fundamental nos anos finais, que trabalham na escola Jequitibá, já se afastaram por motivo de saúde, torna-se necessários, a realização de estudos sobre as causas dos adoecimentos dos professores, inclusive, com o objetivo de saber se há relação direta com as condições de trabalho, para melhor orientar as políticas de investimentos na unidade de ensino, e na própria rede municipal.

Os professores, também avaliaram as condições ambientais da escola, considerando os elementos

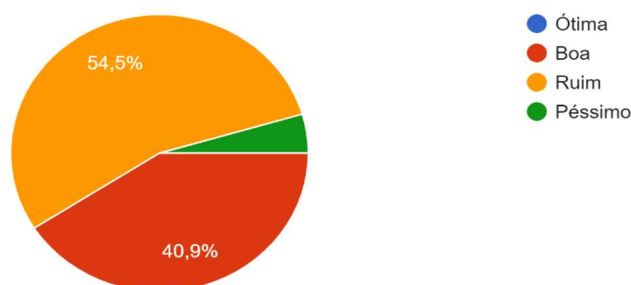
relacionados a acústica, temperatura, poluição sonora, ventilação e umidade.

A seguir, no gráfico 4, são apresentados os resultados de como os docentes avaliaram as condições ambientais de trabalho na unidade de ensino da escola Jequitibá.

Gráfico 4: Avaliação dos docentes sobre as condições ambientais no ambiente de trabalho

4.7 - Como você avalia as CONDIÇÕES AMBIENTAIS do seu ambiente de trabalho (acústica: ruídos; temperatura: calor/frio; poluição sonora; ventilação; umidade)?

22 respostas



Fonte:

Elaborada pelo autor, com a aplicação do questionário perfil dos professores da escola Jequitibá / 2022.

Os resultados verificados no gráfico 4, apontam para uma situação de precarização sobre as condições ambientais no ambiente de trabalho na escola Jequitibá, na qual para 54,5% dos/as professores/as consideraram ruim, e para 4,5% péssimo, somados chegam a 59%. Considera-se ainda, que a precarização do ambiente de trabalho pode ter influenciado os professores de como se sentem em relação a sua profissão, como apresentado no gráfico 3, quando se adiciona os percentuais dos dados dos que responderam pouco satisfeito e insatisfeito, totalizam 59,1%.

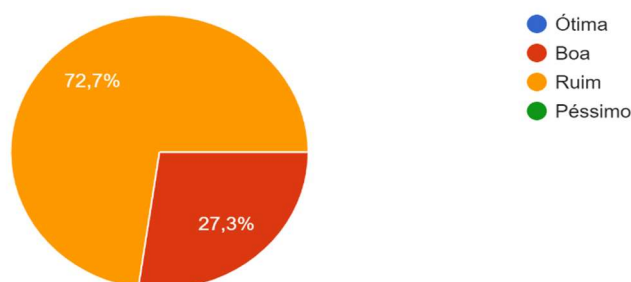
Importante destacar, que a precarização das condições de trabalho, nesta pesquisa, é entendida como um aspecto negativo e que tende a criar dificuldades para exercício da função docente.

No gráfico 5, a seguir, são apresentados os dados de como os docentes avaliam a infraestrutura do seu ambiente de trabalho.

Gráfico 5: Avaliação dos docentes quanto à infraestrutura no seu ambiente de trabalho

4.8 - Como você avalia a INFRAESTRUTURA do seu ambiente de trabalho (biblioteca; condições da escola; condições da sala de aula; condições estrut... características físicas do ambiente; mobiliário)?

22 respostas



Fonte: Elaborada pelo autor, com a aplicação do questionário perfil dos professores da escola Jequitibá / 2022.

Na avaliação dos professores, consideram ruim a condição da infraestrutura do ambiente de

trabalho da escola com relação aos aspectos físicos, ao mobiliário e à biblioteca. Dessa forma, prejudica o desenvolvimento do trabalho, e desafia a equipe da unidade de ensino a buscar alternativas que diminuam os problemas com relação à infraestrutura e aos equipamentos.

Observa-se que os dados apresentados no gráfico 5, sobre a avaliação da infraestrutura do ambiente de trabalho, em que para 72,7% dos docentes disseram ser ruim, indicam que há precarização das condições de trabalho na escola Jequitibá.

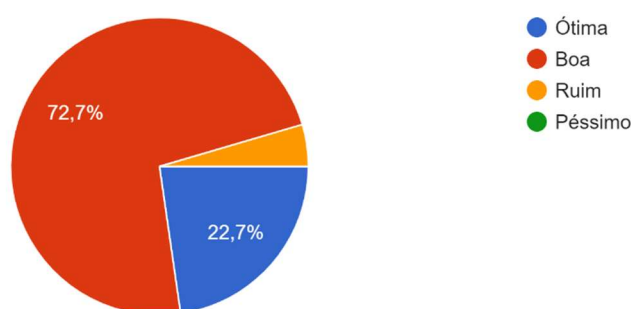
Diante desse contexto, com tantas responsabilidades exigidas do quadro de profissionais da escola, referentes aos aspectos do ensino, aprendizagens e socialização, e ter que lidar diariamente com a falta de espaços, materiais e mobiliários no seu ambiente de trabalho, para a realização das aulas, das atividades físicas, artísticas e culturais, provoca em certa medida na busca de alternativas para superar os problemas, consumindo assim, mais tempo e energia dos conjuntos dos profissionais da escola. Dessa forma, adiciona-se mais trabalho para a equipe pedagógica, a direção e os/as professores/as, o que pode provocar cansaço físico, mental e emocional dos seus profissionais, por conta da precarização do ambiente escolar.

No gráfico 6, a seguir, são apresentados os dados referentes à avaliação dos professores quanto às relações interpessoais em seu ambiente de trabalho.

Gráfico 6: Avaliação dos docentes das relações interpessoais em seu ambiente laboral

4.9 - Como você avalia as RELAÇÕES INTERPESSOAIS em seu ambiente laboral (convívio social com alunos; convívio social com colegas de trabalho... direção; relacionamento com os pais de alunos).

22 respostas



Fonte: Elaborada pelo autor, com a aplicação do questionário perfil dos professores da escola Jequitibá / 2022.

Os aspectos relacionados às relações interpessoais em seu ambiente laboral, refere-se ao conjunto de situações em que envolvem as interações dos docentes no seu ambiente de trabalho, ou seja, com todos os atores da comunidade escolar. Para 95,4% dos professores, consideram entre boa e ótima, a forma que se dá, às relações interpessoais na unidade de ensino.

A respeito da participação dos docentes em cursos de formação continuada nos últimos dois anos, com carga horária de 30h ou mais em palestras e seminários, 50% responderam que participam em cursos realizados fora da escola. Contudo, para 50% disseram que não participaram de nenhum curso, o

que pode evidenciar uma possível saturação na participação em cursos livres. Dos docentes que responderam sim, ou seja, que participam em cursos fora da escola, para 9,1% a participação foi em cursos e oficinas, 18,2% em conferências e seminários e 18,2% em cursos online. Em relação a filiação sindical, foi verificado que 59,1% dos docentes possuem filiação sindical.

Considerações finais

A pesquisa foi realizada com o propósito de analisar em quais condições os professores desenvolvem seu trabalho no contexto da prática, em uma escola urbana da rede pública municipal do ensino fundamental de Vitória da Conquista. Os dados foram levantados e analisados no período de 2022 a 2023, na unidade de ensino identificada nesta pesquisa, como escola Jequitibá. A metodologia utilizada é a abordagem qualitativa do tipo estudo de caso. A pesquisa está fundamentada na proposta do ciclo de política desenvolvida por Stephen Ball e Richard Bowe e teoricamente nos estudos sobre trabalho docente propostos por Tardif e Lessard

Importante salientar que não buscamos estudar as arenas nas quais ocorrem a formulação das políticas públicas, os embates e disputas dos grupos de interesses para influenciar a definição das finalidades sociais e políticas da educação. Compreendemos que os textos de políticas públicas, utilizados nos estudos e análises deste artigo são produtos resultantes dos compromissos e interesses dos diversos grupos de influência internacional, nacional e local. E que estes textos de políticas públicas, depois de formulados e publicados, repercutem diretamente nas condições de trabalho docente no cotidiano escolar e na “interpretação ativa que os profissionais que atuam no contexto da prática fazem para relacionar os textos da política à prática” (MAINARDES, 2006, p. 50).

Nesta pesquisa, a análise da atuação das políticas públicas, abrange estudos sobre as condições de trabalho dos professores com levantamento de dados sobre a origem social e as condições de trabalho docente na escola.

Identificamos sobre a origem social dos docentes na escola que a ampla maioria é do gênero feminino, com maior número na faixa etária entre 26 e 45 anos, com metade do quadro que se autodeclararam pardos e sendo o estado civil casado, o mais comum. Esse dado em contexto local está em consonância com os dados nacionais que apontam para a maior participação das mulheres na docência no ensino fundamental.

No que tange à formação, verificamos que em sua totalidade os professores possuem licenciatura, a maioria fez a graduação em instituições públicas na forma presencial e tem estudos concluídos após a graduação em cursos de especialização. Foram identificados professores que já concluíram o curso de mestrado e também docentes que estão com cursos de mestrado e doutorado em andamento.

Com relação ao regime de trabalho, o contexto micro (da escola) também se relaciona com os dados nacionais. A metade dos professores da escola pesquisa é de contratados. Com relação a quantidade de horas de trabalho por semana e turnos, verificamos que o maior número de professores possui

jornadas de trabalho de 21 a 60 horas semanais. Importante considerar que para um/a professor/a trabalhar 60 horas semanais e ainda dar conta de planejamento, avaliações, preenchimento de cadernetas, entre outras atividades, há uma sobrecarga de trabalho. Quanto ao número de turmas, foi verificado que para os professores que trabalham até 20h semanais, o número varia entre 04 e 07 turmas e para os que trabalham 40 horas semanais, entre 08 e 15 turmas.

Sobre os sentimentos dos professores, considerando o que os deixam insatisfeitos ou muito insatisfeitos, foram apontados elementos relacionados ao processo de trabalho, como ausência de infraestrutura adequada; elementos relacionados às condições de empregos, como a desvalorização profissional e financeira; e elementos com relação a reputação como a falta de reconhecimento profissional e pouco valorização, entre outros.

No que se refere a se houve afastamento do trabalho por motivo de saúde, os dados obtidos revelam que 40,9%, dos docentes já se afastaram do trabalho por motivo de saúde.

Os professores, em sua maioria, consideram ruim as condições ambientais da escola, sobre os elementos relacionados a acústica, temperatura, poluição sonora, ventilação e umidade, assim como, sobre as condições da infraestrutura do ambiente de trabalho com relação aos aspectos físicos, ao mobiliário e à biblioteca. Entretanto, quanto a forma que se dá às relações interpessoais na unidade de ensino, consideram entre boa e ótima.

Sobre a participação dos docentes em cursos de formação continuada nos últimos dois anos, com carga horária de 30h ou mais, em palestras e seminários, a metade não participou de nenhum curso, o que pode evidenciar uma possível saturação na participação em cursos livres.

Com relação a filiação sindical, foi verificado que para 40,9% dos entrevistados não são filiados e 22,7% trabalham em outros municípios.

Diante desse contexto, e de tantas responsabilidades exigidas do quadro de profissionais da escola, referentes aos aspectos do ensino, aprendizagens e socialização, e ter que lhe dar cotidianamente com a falta de espaços, materiais, mobiliários, equipamentos, entre outros, no seu ambiente de trabalho, constatamos que os resultados da pesquisa sinalizam que as condições de trabalho interferem no contexto da prática do trabalho docente na escola.

REFERÊNCIAS

- BAHIA. **Lei nº 12.564, 10 de janeiro de 2012.** Atualiza os limites dos municípios que integram o Território de Identidade de Vitória da Conquista, na forma da Lei nº 12.057, de 11 de janeiro de 2011. Salvador, 10 de janeiro de 2012.
- BALL, S. J.; MAGUIRE, M., BRAUN, A. **Como as escolas fazem políticas.** 2.ed. Ponta Grossa: UEPG, 2021.
- BALL, S. J.; MAINARDES, J. (Org.). **Políticas Educacionais: questões e dilemas.** São Paulo: Cortez, 2011.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 2000.
- BOGDAN, R.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos.** Porto: Codex Porto, 1994.
- BOWE, R.; BALL, S.; GOLD, A. **Reforming education and changing schools: case studies in policy sociology.** London: Routledge, 1992.
- BRASIL. **Constituição 1988.** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases Nacionais. Brasília: MEC, 1996.
- BRASIL. **Lei nº 11.494, de 2007.** Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nºs 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências.
- BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.** Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Diário Oficial da União, Brasília, 17 de fevereiro de 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005.** Brasília, 2014.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, Resolução CD/FNDE/MEC nº 15.** Brasília, 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Censo Escolar/2022.** Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília, 2022. <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/dia-da-mulher-mulheres-sao-maioria-na-docencia-e-gestao-da-educacao-basica>. Acesso em: 29 mar. 2023.
- BRASIL, Ministério de Minas e Energia. **Projeto RADAMBRASIL.** Levantamento dos recursos naturais. Folha SD 24 Salvador. Rio de Janeiro: MME, 1981.
- BRASIL. **PORTAL QEDU.** Disponível em: <<http://www.qedu.org.br/>>. Acesso em 11 mar. 2023. <https://novo.qedu.org.br/municipio/2933307-vitoria-da-conquista>.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa.** 37.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- FURLIN, N. Cruzando fronteiras de gênero: a docência feminina em campos profissionais “masculinos”. **Cadernos Pagu**, n.40, p.1-40, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/cMJ5nWRRS6ZFXTfcbSH3bry/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 20

jan.2024.

GIL, A.C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Acesso em 24 de julho. 2022. (Vitória da Conquista (BA)). Prefeitura. 2014. Disponível em: <http://www.pmvc.ba.gov.br>. Acesso em: 03 jan. 2024.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

LAKATOS, E. M. ; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

LIMA, M.C. A feminização do magistério: o lugar da mulher como professora no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. **Revista Diálogo Educacional**, vol. 20, n. 67, p. 1706-1732, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.7213/1981-416X.20.067.DS10>. Acesso em 18 nov.2023

LOPES, A. C.. MACEDO, E. F. Contribuições de Stephen Ball para o estudo de políticas de currículo. In: BALL, S.; MAINARDES, J. (Orgs.). **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011. p.249-283.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: Uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/NGFTXWNtTvxYtCQHcJFyhsJ/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 19 out.2023.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: explorando alguns desafios da sua utilização no campo da Política educacional. **Jornal de Políticas Educacionais**, Curitiba, vol. 12, n. 16, p. 01-19, agosto. 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/59217>. Acesso em 19 out.2023.

MARX, K.; ENGELS, F.. **O capital: crítica da economia política**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo, SP: Boitempo, 2013.

MINAYO, M. C.S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

OLIVEIRA, D, A. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1127-1144, Set./Dez. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/NM7Gfq9ZpjpVcJnsSFdrM3F/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 20 nov.2023.

OLIVEIRA, D.A. Trabalho docente. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

OLIVEIRA, D.A.; ASSUNÇÃO, A.A. Condições de trabalho docente. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

OLIVEIRA, R. P. de; ADRIÃO, T. (Orgs.). **Gestão, financiamento e direito à educação**. 2 ed. São Paulo: Xamã, 2002.

PEREIRA JÚNIOR, E. A. **Condições de trabalho docente nas escolas de educação básica no Brasil: uma análise quantitativa**. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

REIS, B.P.W. Políticas públicas. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

TARDIF, M.; LESSARD, C. **Trabalho Docente**: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

VIANNA, Claudia P. O sexo e o gênero da docência. **Cadernos Pagu**, n.17, p.81-103, 2002.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cpa/a/hQFDykQmWnPvj4TYTWYmKZb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 dez.2023.

VITÓRIA DA CONQUISTA. **Lei Municipal nº 394, 22 de dezembro de 1986**. Dispõe sobre a estruturação do magistério público municipal de Vitória da Conquista, estado da Bahia e dá outras providências. Vitória da Conquista, 1986.

VITÓRIA DA CONQUISTA. **Lei Municipal nº 1.762, de 30 de junho de 2011**. Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público Municipal e o Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação no Município de Vitória da Conquista, e dá outras providências. Vitória da Conquista, 2011.

VITÓRIA DA CONQUISTA. **Lei Municipal nº 2.586, de 3 de janeiro de 2022**. Dispõe sobre alterações à estrutura da Secretaria Municipal de Educação e dá outras providências.

*Recebido em: 19 de janeiro de 2024.
Aprovado em: 06 de junho de 2024.*